



**ACÓRDÃO Nº661/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 2535/2010.**

**Apensos:** Processos nº 4355/2009 e 4969/2009.

**2- Assunto:** Embargos de Declaração.

**3- Embargante:** João Ocivaldo Batista de Amorim.

**4- Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6.975, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Larissa Oliveira de Souza - OAB/AM 14.193, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides - OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Pedro de Araujo Ribeiro - OAB/AM 6.935, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10.428 e Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11.413.

**5- Procurador oficiante do processo:** Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

**6- Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Provimento Parcial. Notificação.*

**7- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**7.1. Conhecer** os Embargos de Declaração interpostos pelo **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama e Ordenador de Despesas, exercício de 2009, na competência atribuída pelo item “1” da alínea “f” do inciso III do art. 11 c/c o art. 149 da Resolução nº 04/2002-RI-TCE/AM;

**7.2. Dar Provimento Parcial** aos Embargos de Declaração interpostos pelo **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama e Ordenador de Despesas, exercício de 2009, para corrigir o erro meramente formal do item 9.4 do Acórdão nº 36/2018-TCE-Tribunal Pleno, retificando a redação do item supracitado, passando a ficar registrado nos seguintes termos:

**7.2.1. “9.4. Aplicar Multa ao Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2009, no valor de **R\$ 3.226,70** (três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos), nos termos do inciso II do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência das infrações constatadas com relação às seguintes restrições da Informação nº



**ACÓRDÃO Nº661/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

44/2013 (fls. 897-901):

- a) Intempestividade no encaminhamento da movimentação contábil referente ao período de janeiro a dezembro de 2009, via ACP;
- b) Intempestividade na remessa de registro, por meio magnético no ACP, dos atos de pessoal referentes ao exercício de 2009;
- c) Intempestividade na remessa de registro por meio magnético no ACP, das Licitações, Contratos e Convênios realizados pelo município;
- d) Intempestividade na remessa de registro no ACP, das informações constantes no Balanço Geral, com relação aos gastos relativos ao FUNDEB;

A multa deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.”;

- 7.3. Notificar o Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, bem como seus patronos, para que tomem ciência do decisório.

**8- Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**9- Data da Sessão:** 23 de Julho de 2019.

**10- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**10.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**11- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral